

## **Esporte e políticas públicas no Brasil\***

Eline DECCACHE-MAIA  
(*Pontifícia Universidade Católica – RJ*)

O esporte vem se configurando, nos últimos anos, como alvo de interesses diversos nas ciências sociais. Muitos estudos surgiram com o intuito de compreender esse fenômeno social nas suas variadas formas de manifestação. O esporte, como atividade profissional, tem sido o objeto que suscita maior interesse nos pesquisadores, principalmente no que se refere à modalidade esportiva mais popular do mundo: o futebol. Buscando ampliar um pouco mais a inteligibilidade desta prática, o estudo ora apresentado visou uma abordagem do esporte como instrumento de ações sociais, cujo objetivo centra-se na formação do sujeito. Neste sentido, o escopo desse estudo restringe-se ao uso do esporte como atividade alvo de ações políticas revestidas de cunho social.

O interesse nesse aspecto específico deveu-se à percepção nítida de que o esporte vinha ganhando ampla notoriedade como questão social desde a década de 60 do século XX, como também foi possível verificar que o volume de projetos que surgia nessa área tinha no setor público o agente promotor de maior envergadura. Constatada a congruência entre esporte e políticas públicas surgiram as seguintes indagações: Como o esporte tinha adquirido esse peso junto às iniciativas governamentais? Por que o esporte? Quais os pressupostos que estariam por trás dessas iniciativas? Estas eram perguntas instigadoras às quais tentei lançar luz, comparando-as com as políticas sociais do século XIX – através do uso da Educação Física – e com a importância que o esporte foi obtendo como objeto de políticas públicas no século XX. A relação entre Educação Física e esporte, foi estabelecida como dois aspectos vinculados por serem atividades corporais que atraíram os “olhares” da esfera pública, cada uma a seu tempo e a seu modo.

A elaboração da perspectiva histórica, se importante para a compreensão do processo constitutivo do esporte dentro da dimensão que hoje percebemos era, contudo, insuficiente para a apreensão dos efeitos que o esporte promove hoje em dia como política social. Por este motivo, o estudo da cidade de Niterói, no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas na área social através do esporte, foi importante para alcançar esse fim. A iniciativa da prefeitura da cidade, consolidada através do *Projeto Nomes*, era ideal para tentar perceber os resultados das ações concretas constitutivas dessas políticas. O tamanho da cidade, de médio porte<sup>1</sup>, foi também um incentivo para a facilitação do trabalho de pesquisa em todas as frentes que compõem o *Projeto* em questão.

Desta forma, duas abordagens foram realizadas no intuito de apreender o fenômeno estudado. A primeira, de cunho histórico, cujo objetivo foi montar um quadro panorâmico no tempo que desse subsídio para o entendimento do uso do esporte como item de políticas públicas na atualidade, muito embora o esporte surgisse como fenômeno digno de nota desde o século XIX na Europa. Importante ressaltar que se trata aqui do esporte moderno que, segundo Elias (1995) nasce na Inglaterra no final do século XVIII e XIX, disseminando-se posteriormente para outros países. A segunda forma de abordar o tema foi realizada através da observação direta de uma prática atual, sendo utilizada, para tanto, uma perspectiva antropológica. O entrelaçamento desses dois enfoques tornou possível estabelecer a dimensão específica adquirida pelo esporte como questão social.

### **Educação Física e esporte: uma perspectiva histórica**

O uso que foi feito da Educação Física no Brasil no final do século XIX até meados do século XX está relacionado com um projeto de nação a ser implementado, objetivando a modernização do país e a sua inclusão no rol das sociedades civilizadas. Esta perspectiva

relacionava-se com a idéia de que para que a nação fosse viável seria necessário todo um esforço no sentido de sua construção, pois a nação é antes de tudo um produto que necessita ser fabricado. Segundo Gellner, o nacionalismo é “*fundamentalmente um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente*” e, complementando, enfatiza “*o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações*” (Apud Hobsbawm 1990, pp.18-19). Dentro dessa lógica, a Educação Física foi uma atividade incluída como *artefato* a ser utilizado nessa construção. É por essa razão que a mesma passa a ser alvo das políticas públicas desse período.

Será no século XIX, com o Império e mais tarde com a República, que assistiremos a um esforço de construção da nação brasileira, através de um movimento mais contundente de reforma a partir de uma engenharia social que se espelhará no modelo europeu de civilização, carregado de um forte cunho positivista. Os representantes políticos da época buscaram imprimir reformas e discursar no sentido de tornar o Brasil não só viável, como digno de ser considerado um país no padrão europeu. Para tanto, seria necessária uma forte intervenção no sentido de moldar a população. O projeto educacional passa a ser visto como fundamental na construção de uma unidade de sentimentos e valores morais, fatores tão caros à nação.

A consolidação do Estado-nação está vinculada ao sentimento fabricado que faz com que o grupo se sinta identificado por uma série de fatores comuns. Como apontado anteriormente, é o nacionalismo que faz a nação e não o contrário. A herança histórica do grupo e a sua trajetória específica acaba por estabelecer aquilo que Elias (1997) denominou como *habitus nacional*<sup>2</sup> e, segundo este autor “*Os destinos de uma nação cristalizam-se em instituições que têm a responsabilidade de assegurar que as pessoas mais diferentes de uma sociedade adquiram as mesmas características, possuam o mesmo habitus nacional*”<sup>3</sup>. *A língua é um exemplo imediato. Mas há muitos outros.*” (Elias 1997: 29)<sup>4</sup>.

A escola passa a ser considerada como uma instituição primordial para a construção desse *habitus*, será ela que cuidará da formação dos indivíduos desde a mais tenra idade, garantindo assim, o enraizamento do sentimento nacional.

A construção do espírito da nação era premente tanto quanto a da reforma da estrutura física das cidades<sup>5</sup>, para que as mesmas pudessem contribuir de forma adequada para a implementação do projeto que se deslindava. Por exemplo, para que a nação pudesse dar certo era preciso ter um povo saudável, pronto para servir aos propósitos da mesma. O saber médico foi sendo incorporado, então, como conhecimento aplicado com o objetivo de atingir a assepsia almejada (Foucault 1984). Além do planejamento urbano, fazia-se necessária a interferência na esfera privada<sup>6</sup>, através da reorganização não só dos espaços internos das moradias, mas, sobretudo, na criação de novos hábitos que promovessem a saúde e controle de corpos que precisavam se adaptar à nova ordem econômica e social que se impunha. Como afirma o próprio Foucault: *O domínio, a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo... tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, meticuloso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio.*(1984:146).

A partir da necessidade de se atacar o corpo biológico do indivíduo para atingir mudanças que incidissem no corpo social, a Educação Física é resgatada como elemento importante, pois a mesma teria um *status* científico, no intuito de conhecer o homem em movimento e aplicar este conhecimento na melhoria do uso do corpo para alcançar diversos fins. A ginástica, o jogo e o esporte seriam atividades utilizadas como meio para os objetivos desejados.

A Educação Física baseada em exercícios, atingia o indivíduo em separado buscando desenvolver em cada corpo as potencialidades que servissem aos propósitos da nação. Deste

modo, embora o corpo fosse individualmente moldado, estava sendo construído para servir à coletividade. Era importante que cada um pudesse não só fortalecer sua constituição física como, também, fosse capaz de exercer o controle de si mesmo. A idéia de que o desenvolvimento de exercícios físicos rotineiros pudesse promover uma disciplina corporal que incidisse também no caráter das pessoas se deu pela percepção que o corpo assumia no período em questão – onde corpo e espírito eram vistos como integrados (Crespo 1990). Por esse motivo, a Educação Física sempre esteve vinculada à educação moral. Crespo (1990), ao elaborar uma extensa análise sobre a história do corpo através da realidade portuguesa, dedica parte do seu estudo à Educação Física justamente chamando a atenção para esse casamento.

Estava dada a injunção perfeita entre as necessidades da época e uma vertente da ciência do corpo que se desenvolveu com força no final do século XIX. A Educação Física tornava-se importante porque se acreditava que controlando o corpo conseqüentemente o espírito tendente ao vício poderia ser contido. E mais, o corpo como um dado da natureza poderia afastar-se cada vez mais dos ditames da mesma, superando-a. Dentro da proposta civilizatória que se colocava, estar distanciado do estado de natureza era uma conquista importante. Esse último aspecto será mais enfatizado a partir de 1930 – principalmente na Alemanha e Itália com o surgimento do nazismo e do fascismo que exaltavam a construção de uma juventude formada por “super-homens”. Entretanto, antes desse período, se fazia necessário, sobretudo, “dominar” os impulsos mais “primários” da população. É por tudo isso, que a infância será tão visada no espaço próprio que indivíduos nessa etapa da vida deveriam estar confinados: a escola<sup>7</sup>. Aos poucos, a escola vai se impondo como *locus* privilegiado para a formação moral e da saúde dos indivíduos, cujo exercício físico aparecerá como promotor ideal na formação de uma população mais vigorosa. Sobre essa questão, Soares (1994) destaca a reforma de ensino expressa no Decreto nº 7247, de 19 de abril de

1879 como significativo, pois estabelece a obrigatoriedade do ensino da ginástica nas escolas primárias e secundárias do município da Corte.

A Educação Física vai se constituindo, com o passar do tempo, em uma atividade compulsória, que atingia toda a população que freqüentava o espaço escolar, diferente do que verificaremos mais a frente com o esporte na atualidade. Enquanto era a Educação Física a atividade corporal valorizada no final do século XIX e início do XX, nesse mesmo período o esporte ainda é uma prática pouco disseminada, sendo incorporada como atividade espontânea e de lazer dos grupos pertencentes à elite. Os indivíduos das classes sociais mais abastadas se constituirão nos introdutores do esporte no Brasil, geralmente na condição de estrangeiros e de brasileiros que saíram do país para estudar na Europa. Será assim com quase todas as modalidades esportivas – os esportes náuticos (natação e remo), o turfe, até a chegada do futebol cuja disseminação é atribuída ao paulista Charles Miller e a Oscar Cox no Rio de Janeiro.

Enquanto é na escola que a Educação Física encontra seu espaço, o esporte terá nos clubes seu local de expressão<sup>8</sup>. A vinculação da origem do esporte moderno com a elite colocou, durante algumas décadas, uma ampla e densa discussão entre o amadorismo e o profissionalismo do mesmo, principalmente quando a prática esportiva vai se tornando cada vez mais popular – sobretudo no que se refere ao futebol. Tal discussão vai se esfacelando à medida que as classes populares aderem à prática esportiva e, como corolário, vão sendo incorporados como jogadores de clubes que buscavam mais resultados do que a manutenção do esporte na sua forma “pura”. Importante lembrar que alguns obstáculos foram colocados para impedir que o fenômeno de popularização do esporte comprometesse o espírito cavalheiresco do qual acreditava estar o mesmo revestido.

Mesmo com toda a polêmica em torno da popularização do esporte, mais especificamente do futebol, o fato é que ninguém mais podia fechar os olhos a este fenômeno.

A regulação não tardou a acompanhar esse acontecimento, surgindo em 1941 a primeira lei orgânica, o Decreto-Lei nº 3.199 – estabelecendo a criação pelo Ministério da Educação e Saúde do Conselho Nacional de Desportos (CND)<sup>9</sup> – que incluirá o esporte como matéria legal a ser incorporada pelo Estado. Até o advento desta lei, o esporte era regido por entidades privadas, como os clubes, tendo estes, a partir de então, de se submeterem às determinações elaboradas pelo CND, cujo objetivo era “*orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país*” (Decreto-Lei nº 3199 *apud* Manhães, 1986, p. 124). Segundo alguns estudiosos do tema, a referida lei objetivava mais o controle do que o incremento da prática esportiva, incentivando, inclusive, o esporte amador em detrimento do profissional (Vargas 1995; Manhães 1986; Tubino 1996). Vargas (1995) chama atenção para o fato da lei nº 3.199 ter sido a primeira a tratar separadamente o desporto da Educação Física, sendo estas duas atividades corporais compreendidas como específicas.

As discussões entabuladas por pessoas interessadas no desenvolvimento do esporte no Brasil, apontam a dificuldade do esporte de rendimento se manter dentro dessa estrutura intervencionista e centralizadora cuja ênfase privilegiava mais o aspecto político do que propriamente o desenvolvimento do potencial esportivo do país. Todos os decretos leis e portarias que surgirão até o final dos anos 50, e não serão poucos<sup>10</sup>, não vão alterar a lógica impressa na lei de 1941. Até esse momento, as políticas voltadas para a área esportiva incidirão antes na regulamentação do esporte do que na incorporação do mesmo nas políticas públicas. Esse movimento só ocorrerá com a mudança de enfoque em relação ao esporte, quando passa a ser visto para além do espetáculo performático de rendimento. Mas é somente a partir da década de 60 que se observará uma re-significação do esporte, fruto de uma intensa movimentação no exterior, motivando as políticas públicas nacionais na área esportiva. Refiro-me aqui à formulação pelo Conselho da Europa da idéia do *Esporte para Todos*, em 1966, geratriz de diversas campanhas em vários países no sentido de disseminar o esporte na

sociedade como atividade educativa e cultural (Cavalcanti 1984). Esta idéia será divulgada de forma mais contundente com a Carta Européia de *Esporte Para Todos* em 1975. O esporte ganha *status* similar à educação, saúde e demais direitos fundamentais do cidadão. Dentro dessa nova perspectiva, o documento aponta para a necessidade de aplicação de parte dos recursos públicos para a promoção do acesso de todos ao esporte, incluindo o mesmo nas agendas das políticas públicas do país.

Como pôde ser apreendido, mesmo de forma abreviada, o esporte surge quase sem fôlego no século XIX, ganhando espaço paulatinamente até tornar-se o fenômeno que é hoje. Toda a dimensão assumida pelo esporte na sociedade moderna se deve, em grande parte, ao processo de profissionalização do mesmo, que vai ocorrendo desde o início do século XX até os nossos dias. Mas, o aspecto da profissionalização não é o foco de interesse aqui e sim o que ocorrerá com o esporte depois de 1970, quando essa atividade passa a ter peso no debate político, semelhante ao da Educação Física no passado. Esse momento seria o elo de ligação da formação dos Estados-nação modernos com o que hoje verificamos existir, face à crise que a definição deste formato político apresenta na atualidade<sup>11</sup>. A questão, portanto, que se coloca é que projeto estaria subjacente à incorporação do esporte nas políticas públicas atuais? Se a Educação Física no século XIX buscava criar uma identidade nacional, o que estaria hoje o esporte forjando nos indivíduos? Esmiuçando um pouco mais, qual seria a intencionalidade do Estado ao utilizá-lo como instrumento de formação do sujeito? A contribuição de Foucault (1984), quando este estabelece a relação entre corpo e poder, fornece um aporte interessante para se pensar em uma possível resposta a essas indagações. Diz ele:

*Eu penso que, do século XVII ao início do século XX, acreditou-se que o investimento do corpo pelo poder devia ser denso, constante, meticuloso. Daí esses terríveis regimes disciplinares que se encontram nas escolas, nos hospitais, nas casernas, nas oficinas, nas cidades, nos edifícios, nas famílias... E depois, a partir dos anos sessenta, percebeu-se que este poder tão rígido não era assim tão indispensável quanto se acreditava, que as sociedades industriais podiam se contentar com um*

*poder muito mais tênue sobre o corpo. Descobriu-se, desde então, que os controles da sexualidade podiam se atenuar e tomar outras formas... Resta estudar de que corpo necessita a sociedade atual...(1984:147-148).*

### ***Projeto Nomes: um caso concreto***

O município no qual centrei minha análise foi Niterói, situado no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de entender os efeitos do esporte como objeto das políticas públicas da cidade. A inclusão deste projeto na Secretaria de Programas Especiais de Educação surge como um dado que explicita o contorno mais específico que a prática esportiva assumiu para a cidade na atualidade - reflexo de um fenômeno que se estendeu por todo o país. O *Projeto Nomes*, está inserido no conjunto de iniciativas de grande envergadura como, por exemplo, o Programa Médico de Família. Esse fato vem a comprovar que o esporte é utilizado junto às políticas públicas do município ao lado de outras promotoras de direitos básicos do indivíduo.

Implantado em 1997, na segunda gestão do então prefeito Jorge Roberto Silveira, o *Projeto Nomes* conta desde então com as seguintes modalidades: Projeto Gerson, escola de futebol; Projeto Grael, escola de iatismo; Projeto Fernanda Keller, escola de triatlon; Projeto Tatuí, escola de *surf*<sup>12</sup>. Todos os desportistas, Gerson (Canhotinha de Ouro), Lars e Torben Grael, Fernanda Keller e Ricardo Tatuí, acompanham as iniciativas dos projetos, mas não os coordenam diretamente, emprestando peso e credibilidade ao trabalho desenvolvido através de seus nomes. Alguns aspectos simbólicos podem ser aí discutidos<sup>13</sup>, um deles é a importância do nome na nossa sociedade e a rede de relações por ele evocada. Não é à toa que o projeto pensado foi denominado “*Nomes*”.

Os núcleos que compõem o *Projeto Nomes* definiram critérios similares de inserção da população-alvo, estabelecidos pelos seus idealizadores. Toda criança vinculada aos núcleos deve estar estudando. O caráter educativo e preventivo é bem frisado. O esporte serve para

manter a criança na escola, bem como evitar que seja atraída pelo mundo do crime. Aquelas que não estiverem matriculadas serão inseridas na escola através de parceria feita com a rede municipal de ensino. Uma vez incorporados aos projetos, os alunos deverão manter-se nas escolas, existindo um controle por parte dos coordenadores e instrutores que solicitam seus boletins, o que permite verificar a permanência e o aproveitamento desses na escola.

A idade possível para ingresso nas atividades irá variar de acordo com cada esporte. O projeto de futebol é o único que aceita alunos com apenas quatro anos de idade, os demais, devido a sua natureza, não podem receber crianças tão novas por não apresentarem um desenvolvimento físico apropriado. Também é exigência dos projetos o exame médico<sup>14</sup> antes do ingresso nas atividades. Tal exigência muitas vezes se constitui na primeira ida a uma consulta médica por parte de muitas dessas crianças.

Nenhuma das modalidades esportivas que compõem o *Projeto Nomes* tem por finalidade a profissionalização<sup>15</sup> e nem tampouco a competição. Não há pretensão em estimular tendências que apontariam mais para o caráter individualizante<sup>16</sup> – intrínseco tanto no esporte profissional como na competição – ao contrário, os jogos e torneios, estes últimos eventualmente realizados, têm como objetivo promover momentos lúdicos, buscando nos jovens a tolerância e o espírito de grupo. O caráter social do *Projeto* foi enfatizado por todos os entrevistados. Ao promover o esporte dentro desta perspectiva, a cidade de Niterói supre, segundo o coordenador geral do Projeto, uma ausência das políticas públicas na área esportiva, que até então não contava com outro tipo de iniciativa do esporte voltada para o aspecto social. Resta saber, portanto, em que consiste o “esporte como aspecto social”. Sabe-se de antemão que o profissionalismo e a competição inibem o lado social do *Projeto*, por esse motivo, esses aspectos foram praticamente anulados no cotidiano de todas as iniciativas. A relação estreita com a escola e a forma de garantirem a frequência dos jovens nas instituições de ensino revela, em parte, a pretensão social deste programa.

Os núcleos esportivos acabam se constituindo em um espaço de convivência com outros jovens, assim como também a escola. Entretanto, esta última não tem conseguido atingir os efeitos que podem ser percebidos pelo *Projeto Nomes*. A escola, vista como uma “obrigação”, é um ambiente que não atrai a juventude, podendo ser contraposta ao esporte, uma atividade que depende, na maioria das vezes, do anseio e gosto dos alunos. O esporte é entendido, neste sentido, como capaz de gerar a integração do jovem e ampliar a sua sociabilidade<sup>17</sup>, uma vez que conta antecipadamente com a vontade de permanência deste nesses espaços. Esse aspecto é explorado nos projetos e passa a ser uma “moeda de troca” valiosa nas negociações cotidianas. Em vários depoimentos o desejo de permanecer praticando o esporte de sua escolha faz com que os alunos demonstrem boa vontade em atender às solicitações dos instrutores, que são as mais diversas: melhorar as notas na escola, ter um comportamento mais disciplinado etc. O grande questionamento que a representação do esporte para os jovens suscita é: o que o torna tão atraente a ponto de haver uma subordinação visível a essas exigências, cujo propósito é manter-se vinculado aos projetos esportivos?

O trabalho desenvolvido por Zaluar (1994) responde, em parte, essa pergunta ao falar sobre o aspecto pedagógico contido no esporte. A assimetria existente na relação professor/aluno é legitimada devido ao reconhecimento do primeiro como detentor de um saber que eles valorizam e se esforçam por absorver, o que dificilmente acontece na escola. Além disso, existe uma forte vinculação afetiva dos alunos ao perceberem nos agentes que estão à frente dos projetos uma relação de amizade. E, ainda, sendo os instrutores ex-atletas, suas experiências, narradas no convívio com os jovens, acabam constituindo-se em *exemplos ou contra-exemplos pedagógicos* para os mesmos, o que os convertem em *atletas-espelho*, segundo a definição de um dos instrutores entrevistado.

Toda experiência adquirida pelos jovens através do esporte dependerá, entre outras coisas, do tipo específico do mesmo. O iatismo, o triatlon e o surf guardam certa similaridade entre si, distinguindo-se do futebol. Esses três primeiros são esportes que requerem uma interação, ao mesmo tempo que estabelecem um desafio, com a natureza. A habilidade do desportista é importante e deve ser estimulada através dos treinos, assim como é preciso dominar o conhecimento em relação ao ambiente natural que se quer interagir e vencer. Logo, a interação primeira do desportista é com o ambiente físico que quer desafiar e com o equipamento utilizado para tanto. Mesmo que na vela existam modalidades de equipe, o aprendizado se dá de modo individual: o desportista e o mar. No *surf* e no triatlon essa relação fica ainda mais demarcada, uma vez que no iatismo, dependendo do tipo do barco, pode existir a necessidade de auxiliares como, por exemplo, os barcos Tornado, Snipe e o Star – que devem ser conduzidos por dois tripulantes –, o Soling que necessita de três velejadores e o J-24, de cinco (Grael 2001: 224-229). A habilidade do desportista no manuseio de seu equipamento, o conhecimento que o mesmo deve ter das forças da natureza somado ao imponderável existente nas situações que podem ocorrer nos espaços onde esses esportes são praticados, requer paciência, raciocínio ágil e um bom preparo físico do indivíduo que os pratica.

Toda a performance desses três esportes depende de equipamentos que farão a intermediação entre o homem e a natureza. Por esta razão, esses são esportes que pressupõem certo poder aquisitivo para a aquisição de materiais caros, que devem ser periodicamente reformados e trocados. Daí um dos motivos da fama que têm de esportes de elite. São esses equipamentos que darão ao desportista a força a mais que o fará interagir e desafiar a natureza. Alia-se, portanto, o homem à tecnologia para que a natureza possa ser vencida ou, ao menos, tornar-se uma cúmplice no propósito do desportista que é vencer uma competição.

Esses são esportes que exploram mais a performance individual e é por isso que os projetos desenvolvem atividades satélites que propiciem a experiência coletiva.

A necessidade de um ambiente físico apropriado somada ao alto custo de seus equipamentos complica o aumento do número de núcleos que compõem o projeto. Os Projetos Grael, Keller e Tatuí apontam a dificuldade de abrir novas escolas, muito embora exista demanda. Toda essa dificuldade enfrentada por esses esportes é contrastada com a facilidade com a qual conta a prática do futebol. Não é sem motivo que o Projeto Gerson possuía – ao menos até o final do meu trabalho de campo – seis núcleos espalhados pela cidade, atendendo aproximadamente 1300 crianças e jovens da cidade, enquanto os demais atendem cerca de 200.

Ter o futebol como modalidade esportiva foi em si um tiro a gol certo, em direção ao sucesso que o Projeto Gerson alcançou. A facilidade em abrir núcleos deve-se à pouca exigência para criar uma escola de futebol, bastando um terreno com espaço para a movimentação do time, um local para funcionar como vestiário, e pronto, está montado o núcleo. Além dessa facilidade, o futebol distingue-se por se tratar de uma modalidade esportiva de equipe, o que exige uma interação com outros jogadores e, por conseguinte, exercita mais o auto-controle. Jogar uma partida de futebol é vivenciar de modo lúdico o aprendizado das regras necessárias para a realização de um bom jogo. É experimentar a convivência com o grupo, não só do time que se faz parte como também com o do adversário. É uma paixão<sup>18</sup> que deve, outrossim, aprender a conter a si própria buscando o autocontrole.

O uso do espaço público é um ponto forte do *Projeto Nomes*. As praças públicas, praias, terrenos ociosos e até mesmo campos de futebol localizados no interior das comunidades são reutilizados e revitalizados. A cidade vai, através desse tipo de política de ocupação de suas áreas, criando espaços de sociabilidade e encontros, que faz ultrapassar a utilização redutora desses como apenas de circulação (Sennett 1988).

Uma vez estando vinculados ao *Projeto Nomes*, os alunos poderão ter outros benefícios além da prática de esporte. Esses benefícios vão variar de acordo com o esforço e prestígio dos nomes dos desportistas no sentido de angariar patrocínios de empresas para atender à população-alvo dos projetos. Por exemplo, o Projeto Gerson conseguiu, durante um período, plano de saúde para todos os seus alunos. Conseguiu, ainda, que os alunos frequentassem um restaurante de massas da cidade, que abriu suas portas para atender cerca de 30 alunos de cada um dos seis núcleos, que iam se alternando até que todos fossem atendidos. Esses itens, adicionados à prática esportiva, não se constituem no chamariz dos projetos, ao contrário, eles são possíveis exatamente por causa dela. O esporte seria em si mesmo o maior atrativo para a inserção dos jovens. Poderia-se pensar que a vontade de se converter em um atleta famoso seria um fator explicativo para a vontade de participar de uma escola esportiva. Contudo, essa explicação limitaria a compreensão do sentido dessa prática. Não podemos esquecer que o esporte encerra em si outras dimensões que não apenas a da profissão, mas pode ser visto como jogo, recreação e ritual. Esse conjunto de possibilidades criaria um processo catártico em quem pratica alguma modalidade esportiva (Elias 1995). E é na experiência adquirida, na inserção em projetos dessa natureza, que poderíamos encontrar a inteligibilidade da importância que o esporte ganhou de 1960 até os dias atuais.

### **Considerações finais**

O esporte, como pôde ser visto, torna-se um tema que será cada vez mais incorporado às políticas públicas. Compreende-se que o esporte contribui para a formação do indivíduo – do mesmo modo que se acreditou outrora que a Educação Física contribuiria - passando a ser considerado uma maneira de trabalhar o corpo mais apropriada à sociedade atual, que passa por enormes crises em relação às formas de interação dos indivíduos no meio social. Quando Foucault (1984) demonstra que a rigidez disciplinar imposta aos indivíduos, desde o século

XVIII, não se faz mais necessária, ele indaga sobre que tipo de corpo necessitaria a sociedade atual. Pelas respostas resultantes das políticas públicas, assim como das manifestações espontâneas do mundo social, podemos supor que se trata agora de um corpo sociável, capaz de conviver e interagir com outros corpos. O esporte seria um meio de formação eficaz para criar uma disposição em relação a este convívio. Importante salientar que essa disposição surge através da vivência direta da prática esportiva.

O *Projeto Nomes*, que aqui foi visto como um exemplo concreto dessas políticas, não privilegia o esporte profissão, mas também não fecha as portas para quem tem potencial de seguir adiante na prática esportiva, contudo, se isso ocorrer, será encaminhado para instâncias que têm como objetivo o esporte de rendimento. Para tanto, os instrutores tornam-se figuras-chaves na medida em que podem acionar as suas redes de relações e criar algumas oportunidades, pois sendo todos profissionais com *nome*, têm conhecimento e voz para serem ouvidos. Nesse sentido, o projeto na forma como foi elaborado não excluiu nenhuma das dimensões contidas na prática esportiva – que compreendem: profissão, lazer, recreação, jogo, competição, espetáculo e ritual.

Enquanto as crianças vivem o esporte na sua forma múltipla vão podendo aprender, através das regras, os limites que as separam do *outro*, esse *outro* sendo representado, na simulação que o jogo realiza, pelo seu adversário. O adversário é o seu diferente e, embora ambos desejem ganhar o jogo, não querem, por esse motivo, que as regras sejam maculadas para obter seu intento. Cabe aqui uma referência a Huizinga (1996:14): *Embora o jogo enquanto tal esteja para além do domínio do bem e do mal, o elemento de tensão lhe confere um certo valor ético, na medida em que são postas à prova as qualidades do jogador: sua força e tenacidade, sua habilidade e coragem e, igualmente, suas capacidades espirituais, sua "lealdade". Porque, apesar de seu ardente desejo de ganhar, deve sempre obedecer às regras do jogo.*

Aprender a conhecer e a respeitar as regras que organizam a estrutura do jogo, aqui no caso do jogo esportivo, é adquirir de forma sutil o autocontrole dos impulsos individualistas, sem que para isso, seja necessário abrir mão daquilo que se é. Ao contrário, este autocontrole vai se constituindo como elemento do próprio ser. O que observamos na sociedade atual é uma tendência à valorização de um individualismo egotista, que não respeita o *outro* e que busca sua expansão ignorando e passando por cima de tudo que se interponha no caminho. O quadro que daí decorre é similar ao de um jogo esportivo que passa por cima das regras mínimas que o definem, dando a sensação, para quem o assiste, de um jogo que perdeu a sua beleza.

Não há a mínima garantia de que os jovens que passaram pelo *Projeto Nomes* conseguirão levar para o mundo adulto a ética vivida nos momentos em que puderam jogar e aprender o esporte no qual se vincularam. Alguns podem não reter esse aprendizado, pois cada um entrelaçará essa vivência com outras que irão compondo suas histórias de vida. Mas, apesar dessa incerteza, o esporte como alvo das políticas públicas pode ser um bom instrumento para promover uma nova postura nas relações sociais. A sociabilidade que esses espaços criam, o aprendizado do autocontrole e, por conseguinte, da convivência com o *outro*, podem ser importantes para a construção de uma nova perspectiva frente ao mundo social.

---

• O presente trabalho se baseia nas considerações apresentadas na minha tese de doutoramento intitulada “Esporte e políticas públicas na virada do milênio: o caso de Niterói” (2003) .

#### **NOTAS:**

<sup>1</sup> Dados do IBGE de 1996 mostram que Niterói conta com uma população de 450.364 aproximadamente, distribuídos em uma área de 131,8 Km<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> A idéia de *habitus nacional* perpassa todo o processo histórico vivido por um grupo específico. Quando do surgimento dos Estados-nações o que ocorrerá é que esse *habitus* sofrerá mudanças, mesmo porque não deve ser atribuído a essa noção um caráter estático. *Torna-se tão logo evidente que o habitus nacional de um povo não é biologicamente fixado de uma vez por todas; antes, está intimamente vinculado ao processo particular de formação do Estado a que foi submetido. À semelhança das tribos e dos Estados, um habitus nacional desenvolve-se e muda ao longo do tempo.*(1997: 16). Exatamente porque se modificam as formas de configurações sociais que todo um esforço deverá ser realizado no sentido de preparar o grupo para a nova realidade que se forma.

<sup>3</sup> Grifo meu.

<sup>4</sup> Embora Elias esteja neste trecho se referindo à prática do duelo na Alemanha como uma instituição importante na formação do *habitus nacional* alemão, creio que esta passagem cabe muito bem no que se refere às instituições de ensino.

<sup>5</sup> A reforma urbana iniciada na capital da República no final do século XIX e início do XX nos dá bem a dimensão do planejamento e cálculo para o bom funcionamento da cidade.

<sup>6</sup> Donzelot (1980) é uma referência importante para entendermos de que forma vai se constituindo um movimento de criação e regulação das normas a serem seguidas na esfera privada.

<sup>7</sup> Enfoco, neste momento, os discursos políticos que defendiam a escola como espaço apropriado à infância sem desconhecer que esse era um tema crivado de ambigüidade e que, em última instância, revelava que algumas parcelas da população infantil deveriam estar e permanecer mais nas escolas do que outras.

<sup>8</sup> Cf. Pereira, 2000 e Melo, 2001.

<sup>9</sup> O primeiro presidente do CND, escolhido pelo então presidente Getúlio Vargas, foi João Lyra Filho. Para este, a Lei 3.199 de 1941, foi necessária no sentido de organizar uma prática que mostrava-se desregulada e sem diretrizes claras (Manhães 1986).

<sup>10</sup> Tubino (1996) apresenta em seu estudo que só entre os anos de 1941 a 1945 foram registrados cerca de 14 decretos e portarias que visaram complementar a lei 3.199/41.

<sup>11</sup> Em relação à crise do conceito de nação cf. Hobsbawm 1990; Seyferth 1995; Gossiaux 1997.

<sup>12</sup> O *Projeto Nomes* também conta com o Projeto Gugu, cuja atividade é ginástica para a terceira idade. Por não se tratar de um projeto voltado para as crianças e adolescentes, ele foi excluído do escopo deste trabalho.

<sup>13</sup> A análise desses aspectos pode ser encontrada no Capítulo 3 da tese que fundamenta as considerações ora apresentadas.

<sup>14</sup> Os projetos acabam fornecendo essa possibilidade através das várias formas de parcerias que eles estabelecem.

<sup>15</sup> Isso não quer dizer que não exista um esforço de encaminhar o jovem ou a jovem para clubes profissionais quando for apresentado pelo(a) mesmo(a) um “dom” para o esporte. Contudo, esse é um movimento dos instrutores e não um objetivo dos projetos.

<sup>16</sup> A profissionalização e competição, duas características que fazem parte do esporte moderno, estariam mais vinculados ao incentivo à trajetória individual e, por conseguinte, da busca da notoriedade possível caso haja um destaque performático. Essa vontade, partilhada por muitos jovens que entram para os Projetos, se incentivada, acabaria por comprometer o caráter social frisado, que estimula a inserção dos jovens na comunidade, diluindo assim a tendência egotista contida na vontade da fama. Contudo, essa é uma vontade criada pela sociedade moderna, que segundo Dumont (1992: 57-58), suscita no homem a idéia de que esse encarnaria a humanidade inteira e que, portanto, a sua satisfação deve ser perseguida a todo custo, fazendo com que a sociedade torne-se um meio e o homem um fim em si mesmo.

<sup>17</sup> A mesma característica é percebida por Zaluar (1994) em seu estudo sobre o PRIESP (Programa de Iniciação Esportiva) promovido pela Fundação Roberto Marinho. Ao contrapor a diferença do esporte desenvolvido pelo PRIESP com os objetivos disciplinares contidos no Estado Novo, o que se refere à promoção às políticas corporais, seja via a educação física ou ao esporte, a autora chega a seguinte conclusão: *A chave da diferença parece estar no fato de que, pelo menos como proposta, o PRIESP, ao invés de colocar a tônica na disciplina, punha a sociabilidade dos que procuravam voluntariamente o aprendizado do esporte, desenvolvido através do lúdico.* (1994: 76).

<sup>18</sup> Não se pode esquecer ainda, que este é o esporte mais popular e amado no Brasil, o que já é em si um forte apelo. Alguns teóricos acreditam que o Brasil já era um país predeterminado ao futebol, pois as suas manifestações populares mais genuínas fazem uso dos pés, a saber: o samba e a capoeira (Moderno, 1998). Essas três manifestações culturais não necessitam de recursos financeiros para a sua adoção, basta o desenvolvimento e domínio de técnicas corporais específicas.

## Referências Bibliográficas

- CAVALCANTI, Katia Brandão. 1984. *Esporte para todos: um discurso ideológico*. SP: IBRASA.
- CRESPO, Jorge. *A história do corpo*. Lisboa: Difel, 1990.
- ELIAS, Nobert. 1997. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. RJ: Jorge Zahar Ed.
- ELIAS, Nobert e DUNNING, Eric. 1995. *Em busca da excitação*. Lisboa: Difel.
- FOUCAULT, Michel. 1984. *Microfísica do Poder*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.

- GOSSIAUX, Jean –François. 1997. Ethnicité, nationalistés, nation. In ABÉLÈS, Marc e JEUDY, Henri-Pierre. *Anthropologie du Politique*. Paris: Armand Colin Éditeur.
- GRAEL, Lars. 2001. *A saga de um campeão*. SP: Ed. Gente.
- HOBBSBAWM, Eric J. 1990. *Nação e nacionalismo desde 1780*. 2ªed. Rio de Janeiro
- HUIZINGA, Johan. 1996. *Homo-Ludens*. 4ª Ed., SP: Ed. Perspectiva.
- LOPES, José Sérgio Leite. 2000. Class, ethnicity, and color in the making of Brazilian football. In *Deadalus*, vol. 129, n. 2, pp. 239-270.
- MAIA, Eline Deccache2003. *Esporte e políticas públicas na virada do milênio: o caso de Niterói*, Tese de Doutorado pelo Programa de Pós –Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro,.
- MANHÃES, Eduardo Dias. 1986. *Política de esportes no Brasil*. RJ: Ed. Graal.
- SANTOS NETO, José Moraes dos. 2002. *Visão do jogo – primórdios do futebol no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify.
- SENNETT, Richard. 1988. *O declínio do homem público: as tiranais da intimidade*. SP: Companhia das Letras.
- SEYFERTH, Giralda. 1996. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo V. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB.
- SOARES, Carmem. 1994. *Educação Física: raízes européias e Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados.
- TUBINO, M.J. Gomes. 1996. *O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias*. SP: IBRASA.
- VARGAS, Ângelo Luiz. 1995. *Desporto fenômeno social*. RJ: Ed. Sprint.
- ZALUAR, Alba. 1994. *Cidadãos não vão ao Paraíso: juventude e política social*. São Paulo: Ed. Escuta; Campinas/SP: Ed. da Universidade de Campinas.

**Eline Deccache Maia** é doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional e professora do departamento de Sociologia e Política da PUC-RJ, atualmente licenciada para realizar pós-doutorado em Salvador-Ba. Endereço para correspondência: Rua Irmã Dulce, 217/501, Ed. Horto Residence, Brotas, Salvador - Ba, cep. 40286-030.